

LAURO DE FREITAS - BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE
FREITAS - BAHIA

Assistente Social

EDITAL N° 002/2023

CÓD: SL-140ST-23
7908433242314

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de textos (ficcionais e/ou não ficcionais);	9
2. Gêneros discursivos e tipologia textual;	10
3. Ortografia	12
4. Acentuação	13
5. Pontuação	14
6. Formação de palavras.	16
7. Léxico: adequação no emprego das palavras. Verbos: conjugação, emprego dos tempos, modos e vozes verbais; as palavras de relação;	18
8. Morfossintaxe	22
9. Estrutura do período, da oração e da frase;	25
10. Concordância nominal e verbal;	29
11. Regência nominal e verbal;	30
12. Colocação pronominal;	33
13. Formas de tratamento (usos e adequações);	34
14. Noções de fonética; Noções de prosódia;.....	36
15. Estrutura do parágrafo.	39
16. Coesão e coerência textuais;	39
17. Estilística: denotação e conotação;.....	40
18. Figuras de linguagem.	40
19. Níveis de linguagem.	43
20. Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia e figuras de linguagem.	44
21. Manual de Redação da Presidência da República (3ª edição, revista, atualizada e ampliada).....	44

Informática básica e aplicada

1. Informática básica.....	67
2. Hardwares e periféricos.....	68
3. Windows 10: painel de controle.....	71
4. Microsoft Office 365: Word, Excel, PowerPoint, Outlook	82
5. Internet. Intranet Browsers. Sites de busca.....	97
6. Correio eletrônico.....	102
7. Backup: conceitos básicos, tipos, dispositivos e ferramentas, unidades de medida de armazenamento, compactação de arquivos.....	105
8. Vírus e programas maliciosos: conceitos básicos, tipos, ações preventivas/corretivas e softwares de segurança digital.....	106

Conhecimentos gerais em saúde

1. Sistema Único de Saúde (SUS) – princípios, diretrizes e arcabouço legal (Constituição Federal, Leis Orgânicas da Saúde: 8.080/1990 e 8.142/1990 e alterações posteriores.....	119
2. Decreto Presidencial nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e alterações posteriores,).	132

3. Redes de Atenção à Saúde no âmbito do SUS.	136
4. Controle social no SUS.	136
5. Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional da Saúde.	138
6. Determinantes sociais da saúde.	141
7. Sistemas Nacionais de informação em saúde.	142
8. Legislação sobre Consórcios: Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e alterações posteriores	144
9. Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, e alterações posteriores.	147
10. Controle social no SUS.	154
11. Política Nacional de Humanização do SUS.	154

Administração pública

1. Constituição Federal: art. 37 a 40	167
2. Lei orgânica do Município de Lauro de Freitas (Lei nº 20, de 22 de julho de 2020 e alterações posteriores)	173
3. Estatuto e plano de carreira e remuneração do Magistério Público do Município de Lauro de Freitas (Lei nº 1.375, de 23 de junho de 2010 e alterações posteriores)	198
4. Poderes administrativos.....	216
5. Princípios norteadores dos Serviços Públicos.....	223
6. Processo Administrativo	235
7. Atos administrativos	240
8. Lei da improbidade administrativa (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992)	251
9. Crimes contra Administração pública	260

Conhecimentos Específicos Assistente Social

1. Serviço Social na contemporaneidade.	273
2. Debate teórico-metodológico, ético-político e técnicooperativo do Serviço Social e as respostas profissionais aos desafios de hoje.	273
3. Condicionantes, conhecimentos, demandas e exigências para o trabalho do serviço social no Serviço Público.	274
4. A família e o serviço social.	275
5. Administração e planejamento em serviço social.	275
6. Atuação do assistente social em equipes interprofissionais e interdisciplinares.	285
7. Assessoria, consultoria e serviço social.	293
8. Saúde mental, transtornos mentais e o cuidado na família.	300
9. Responsabilidade social: Conceitos, referenciais normativos e indicadores.	300
10. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e suas alterações posteriores (Lei Orgânica da Assistência Social).	305
11. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011 e alterações (Organização da Assistência Social).	315
12. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).	319
13. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 e suas alterações posteriores (Estatuto da Pessoa com Deficiência).	359

ÍNDICE

14. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e suas alterações posteriores (Estatuto da Pessoa Idosa).	377
15. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 e suas alterações posteriores (Lei Maria da Penha).	387
16. Pesquisa social.	394
17. Elaboração de projetos, métodos e técnicas qualitativas e quantitativas.	394
18. Planejamento de planos, programas e projetos sociais.	398
19. Avaliação de programas sociais.	398
20. Abordagens de questões sociais como: extrema pobreza, fome, desnutrição, problemas familiares, abandono, violência doméstica, negligência, pedofilia, habitação inadequada, trabalho infantil, alcoolismo, drogas, exploração sexual e exclusão social	
21.	400
22. Regulamentação da Profissão e Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993 e suas alterações posteriores).	403

Entrevista: texto expositivo e é marcado pela conversa de um entrevistador e um entrevistado para a obtenção de informações. Tem como principal característica transmitir a opinião de pessoas de destaque sobre algum assunto de interesse.

Cantiga de roda: gênero empírico, que na escola se materializa em uma concretude da realidade. A cantiga de roda permite as crianças terem mais sentido em relação a leitura e escrita, ajudando os professores a identificar o nível de alfabetização delas.

Receita: texto instrucional e injuntivo que tem como objetivo de informar, aconselhar, ou seja, recomendam dando uma certa liberdade para quem recebe a informação.

GÊNEROS DISCURSIVOS E TIPOLOGIA TEXTUAL;

Tipos e gêneros textuais

Os **tipos textuais** configuram-se como modelos fixos e abrangentes que objetivam a distinção e definição da estrutura, bem como aspectos linguísticos de narração, dissertação, descrição e explicação. Eles apresentam estrutura definida e tratam da forma como um texto se apresenta e se organiza. Existem cinco tipos clássicos que aparecem em provas: descritivo, injuntivo, expositivo (ou dissertativo-expositivo) dissertativo e narrativo. Vejamos alguns exemplos e as principais características de cada um deles.

Tipo textual descritivo

A descrição é uma modalidade de composição textual cujo objetivo é fazer um retrato por escrito (ou não) de um lugar, uma pessoa, um animal, um pensamento, um sentimento, um objeto, um movimento etc.

Características principais:

- Os recursos formais mais encontrados são os de valor adjetivo (adjetivo, locução adjetiva e oração adjetiva), por sua função caracterizadora.
- Há descrição objetiva e subjetiva, normalmente numa enumeração.
- A noção temporal é normalmente estática.
- Normalmente usam-se verbos de ligação para abrir a definição.
- Normalmente aparece dentro de um texto narrativo.
- Os gêneros descritivos mais comuns são estes: manual, anúncio, propaganda, relatórios, biografia, tutorial.

Exemplo:

Era uma casa muito engraçada
 Não tinha teto, não tinha nada
 Ninguém podia entrar nela, não
 Porque na casa não tinha chão
 Ninguém podia dormir na rede
 Porque na casa não tinha parede
 Ninguém podia fazer pipi
 Porque penico não tinha ali
 Mas era feita com muito esmero
 Na rua dos bobos, número zero
 (Vinícius de Moraes)

Tipo textual injuntivo

A injunção indica como realizar uma ação, aconselha, impõe, instrui o interlocutor. Chamado também de texto instrucional, o tipo de texto injuntivo é utilizado para prever acontecimentos e comportamentos, nas leis jurídicas.

Características principais:

- Normalmente apresenta frases curtas e objetivas, com verbos de comando, com tom imperativo; há também o uso do futuro do presente (10 mandamentos bíblicos e leis diversas).
- Marcas de interlocução: vocativo, verbos e pronomes de 2ª pessoa ou 1ª pessoa do plural, perguntas reflexivas etc.

Exemplo:

Impedidos do Alistamento Eleitoral (art. 5º do Código Eleitoral) – *Não podem alistar-se eleitores: os que não saibam exprimir-se na língua nacional, e os que estejam privados, temporária ou definitivamente dos direitos políticos. Os militares são alistáveis, desde que oficiais, aspirantes a oficiais, guardas-marinha, subtenentes ou suboficiais, sargentos ou alunos das escolas militares de ensino superior para formação de oficiais.*

Tipo textual expositivo

A dissertação é o ato de apresentar ideias, desenvolver raciocínio, analisar contextos, dados e fatos, por meio de exposição, discussão, argumentação e defesa do que pensamos. A dissertação pode ser expositiva ou argumentativa.

A dissertação-expositiva é caracterizada por esclarecer um assunto de maneira atemporal, com o objetivo de explicá-lo de maneira clara, sem intenção de convencer o leitor ou criar debate.

Características principais:

- Apresenta introdução, desenvolvimento e conclusão.
- O objetivo não é persuadir, mas meramente explicar, informar.
- Normalmente a marca da dissertação é o verbo no presente.
- Amplia-se a ideia central, mas sem subjetividade ou defesa de ponto de vista.
- Apresenta linguagem clara e imparcial.

Exemplo:

O texto dissertativo consiste na ampliação, na discussão, no questionamento, na reflexão, na polemização, no debate, na expressão de um ponto de vista, na explicação a respeito de um determinado tema.

Existem dois tipos de dissertação bem conhecidos: a dissertação expositiva (ou informativa) e a argumentativa (ou opinativa).

Portanto, pode-se dissertar simplesmente explicando um assunto, imparcialmente, ou discutindo-o, parcialmente.

Tipo textual dissertativo-argumentativo

Este tipo de texto — muito frequente nas provas de concursos — apresenta posicionamentos pessoais e exposição de ideias apresentadas de forma lógica. Com razoável grau de objetividade, clareza, respeito pelo registro formal da língua e coerência, seu intuito é a defesa de um ponto de vista que convença o interlocutor (leitor ou ouvinte).

24. No Microsoft Outlook 365,
Alternativas

- (A) o uso de Botões de Votação está disponível no menu Formatar Texto, de um Novo E-mail.
- (B) é possível armazenar uma assinatura na nuvem e utilizá-la em quaisquer dispositivos em que usar o Outlook.
- (C) é possível usar a função Contar Palavras a partir do menu Opções, de um Novo E-mail.
- (D) a criptografia de mensagens em um Novo E-mail é disponibilizada no menu Revisão.
- (E) as assinaturas compartilhadas entre dispositivos que usam o Outlook devem estar configuradas no formato psc.

25. (PREFEITURA DE AREAL - RJ - TÉCNICO EM INFORMÁTICA - GUALIMP/2020) São características exclusivas da Intranet:

- (A) Acesso restrito e Rede Local (LAN).
- (B) Rede Local (LAN) e Compartilhamento de impressoras.
- (C) Comunicação externa e Compartilhamento de Dados.
- (D) Compartilhamento de impressoras e Acesso restrito.

26. (PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO/MG - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - COTEC/2020) Os termos internet e World Wide Web (WWW) são frequentemente usados como sinônimos na linguagem corrente, e não são porque

- (A) a internet é uma coleção de documentos interligados (páginas web) e outros recursos, enquanto a WWW é um serviço de acesso a um computador.
- (B) a internet é um conjunto de serviços que permitem a conexão de vários computadores, enquanto WWW é um serviço especial de acesso ao Google.
- (C) a internet é uma rede mundial de computadores especial, enquanto a WWW é apenas um dos muitos serviços que funcionam dentro da internet.
- (D) a internet possibilita uma comunicação entre vários computadores, enquanto a WWW, o acesso a um endereço eletrônico.
- (E) a internet é uma coleção de endereços eletrônicos, enquanto a WWW é uma rede mundial de computadores com acesso especial ao Google.

27. (PREFEITURA DE PINTO BANDEIRA/RS - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - OBJETIVA/2019) Sobre a navegação na internet, analisar a sentença abaixo:

Os acessos a sites de pesquisa e de notícias são geralmente realizados pelo protocolo HTTP, onde as informações trafegam com o uso de criptografia (1ª parte). O protocolo HTTP não garante que os dados não possam ser interceptados (2ª parte). A sentença está:

- (A) Totalmente correta.
- (B) Correta somente em sua 1ª parte.
- (C) Correta somente em sua 2ª parte.
- (D) Totalmente incorreta.

28. (CRN - 3ª REGIÃO (SP E MS) - OPERADOR DE CALL CENTER - IADES/2019) A navegação na internet e intranet ocorre de diversas formas, e uma delas é por meio de navegadores. Quanto às funções dos navegadores, assinale a alternativa correta.

- (A) Na internet, a navegação privada ou anônima do navegador Firefox se assemelha funcionalmente à do Chrome.
- (B) O acesso à internet com a rede off-line é uma das vantagens do navegador Firefox.
- (C) A função Atualizar recupera as informações perdidas quando uma página é fechada incorretamente.
- (D) A navegação privada do navegador Chrome só funciona na intranet.
- (E) Os cookies, em regra, não são salvos pelos navegadores quando estão em uma rede da internet.

29. Para se realizar pesquisas na internet, habitualmente recorre-se a sites de busca. Um site de busca é um tipo de sistema online encarregado de pesquisar arquivos armazenados em servidores da Internet. São sites de busca, EXCETO:

Alternativas

- (A) Yahoo.
- (B) Bing.
- (C) Tinder.
- (D) Google.

30. A busca por informação na internet é muito facilitada pelo uso dos sites de busca como o Google e o Bing. Nesses sites de busca, caso seja inserida a frase: "ocorrências criminais 2013", inclusive com as aspas, no campo de busca, o resultado da busca será todos os sites que apresentam informações que contenham.

Alternativas

- (A) a frase exata: ocorrências criminais 2013.
- (B) as palavras ocorrências, criminais e 2013 em qualquer ordem de aparição
- (C) as palavras ocorrências, criminais e 2013, mesmo que intercaladas por outras palavras.
- (D) as palavras ocorrências e criminais, nessa ordem, e no ano de 2013
- (E) as ocorrências criminais do ano de 2013.

31. O site de buscas www.google.com é um dos mais utilizados para realização de buscas na internet e é o buscador padrão de alguns navegadores. Outra opção de site de buscas é o site

_____.
Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto.

Alternativas

- (A) www.iexplorer.exe
- (B) www.vunesp.com.br
- (C) www.bing.com
- (D) www.facebook.com
- (E) [ftp.chrome.com](ftp://ftp.chrome.com)

No entanto, no fim de 1990, o tema da responsabilidade social tornou-se universalmente estabelecido e promovido por todos os componentes da sociedade por parte dos governos e corporações para as organizações não governamentais e consumidores individuais. Com a evolução das abordagens referentes à responsabilidade social, o conceito a respeito do tema tornou-se associado com os objetivos organizacionais mais amplos, como reputação e gestão de *stakeholders* com um enfoque diferente do que era defendido no caso Ford.

Além disso, foi possível perceber uma relação positiva entre o comportamento socialmente responsável e o desempenho econômico das organizações, representado por maior consciência sobre as questões ambientais, culturais, pelo fato de antecipar, evitando que regulações restritivas sejam impostas sob a ação empresarial e, por fim, pela diferenciação de seus produtos diante de seus concorrentes menos responsáveis socialmente.

Na figura que se segue, ilustram-se as tendências do conceito de responsabilidade social corporativa ao longo das últimas décadas.

Conceitos de responsabilidade social



<https://central3.to.gov.br/arquivo/453257/>

A partir da ilustração percebemos a amplitude de visão e mudança relacionada ao conceito de responsabilidade social. A principal premissa relacionada ao conceito de responsabilidade social nas organizações consiste no desenvolvimento de políticas e práticas das corporações claramente articuladas e comunicadas que refletem a responsabilidade de negócios para o bem da sociedade.

Partindo de uma visão mais economista, a responsabilidade social tinha como função atender às expectativas dos acionistas, no entanto, a temática vem evoluindo e englobando outros conceitos. Hoje, a organização socialmente responsável é aquela que atende as expectativas de todos os seus *stakeholders* atuais e futuros, com o objetivo de tornar a sociedade sustentável.

Nesse sentido, buscando melhorar e ampliar a compreensão em relação ao termo “responsabilidade social nas empresas”, diversos conceitos foram construídos ao longo dos anos. No quadro abaixo, expõe-se algumas dessas definições e seus respectivos autores.

CONCEITOS SOBRE RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS EMPRESAS	
AUTORES	DEFINIÇÕES
Drucker (1984)	A responsabilidade social ocorre em razão de a organização ser bem-sucedida, inserida num mercado em que cresce a necessidade de ser socialmente responsável, visando minimizar os problemas sociais.
Srour (1998)	A responsabilidade social reflete tanto um sentido de realidade quanto um olhar para o futuro. Ela reflete em síntese a constituição de uma cidadania organizacional no âmbito interno da empresa e a implementação de direitos sociais no âmbito externo.
Garcia (1999)	A responsabilidade social corporativa envolve, por exemplo, tratar com dignidade seus funcionários, fabricar produtos ou prestar serviços com qualidade, veicular propaganda verdadeira, realizar limpeza no ambiente de trabalho, não sujar ruas ou dificultar o trânsito, colaborar com as causas da comunidade, não explorar mão de obra infantil, escrava ou incapaz de se defender.
Ashley (2002)	O conceito de responsabilidade social pode ser definido como o compromisso que uma organização tem com a sociedade, expresso por meio de atitudes que a afetem positiva e coerentemente no que se refere ao seu papel específico na sociedade e à sua prestação de contas para com ela.
Oliveira (2002)	A responsabilidade social pode ser entendida como o objetivo social da empresa somando a sua atuação econômica. É a inserção da organização na sociedade como agente social e não somente econômico. É ser uma empresa cidadã que se preocupa com a qualidade de vida do homem na sua totalidade.

competência de Henry Ford, presidente a acionista majoritário da empresa, para tomar decisões que contrariavam interesses dos acionistas John e Horace Dodge.

II - divulgar, para os agentes interessados e beneficiários, a política habitacional prevista nas legislações federal, estaduais, distrital e municipais, com ênfase nos dispositivos sobre acessibilidade.

CAPÍTULO VI DO DIREITO AO TRABALHO

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34. A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

§ 1º As pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza são obrigadas a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos.

§ 2º A pessoa com deficiência tem direito, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo igual remuneração por trabalho de igual valor.

§ 3º É vedada restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, bem como exigência de aptidão plena.

§ 4º A pessoa com deficiência tem direito à participação e ao acesso a cursos, treinamentos, educação continuada, planos de carreira, promoções, bonificações e incentivos profissionais oferecidos pelo empregador, em igualdade de oportunidades com os demais empregados.

§ 5º É garantida aos trabalhadores com deficiência acessibilidade em cursos de formação e de capacitação.

Art. 35. É finalidade primordial das políticas públicas de trabalho e emprego promover e garantir condições de acesso e de permanência da pessoa com deficiência no campo de trabalho.

Parágrafo único. Os programas de estímulo ao empreendedorismo e ao trabalho autônomo, incluídos o cooperativismo e o associativismo, devem prever a participação da pessoa com deficiência e a disponibilização de linhas de crédito, quando necessárias.

SEÇÃO II DA HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 36. O poder público deve implementar serviços e programas completos de habilitação profissional e de reabilitação profissional para que a pessoa com deficiência possa ingressar, continuar ou retornar ao campo do trabalho, respeitados sua livre escolha, sua vocação e seu interesse.

§ 1º Equipe multidisciplinar indicará, com base em critérios previstos no § 1º do art. 2º desta Lei, programa de habilitação ou de reabilitação que possibilite à pessoa com deficiência restaurar sua capacidade e habilidade profissional ou adquirir novas capacidades e habilidades de trabalho.

§ 2º A habilitação profissional corresponde ao processo destinado a propiciar à pessoa com deficiência aquisição de conhecimentos, habilidades e aptidões para exercício de profissão ou de ocupação, permitindo nível suficiente de desenvolvimento profissional para ingresso no campo de trabalho.

§ 3º Os serviços de habilitação profissional, de reabilitação profissional e de educação profissional devem ser dotados de recursos necessários para atender a toda pessoa com deficiência, independentemente de sua característica específica, a fim de que ela possa ser capacitada para trabalho que lhe seja adequado e ter perspectivas de obtê-lo, de conservá-lo e de nele progredir.

§ 4º Os serviços de habilitação profissional, de reabilitação profissional e de educação profissional deverão ser oferecidos em ambientes acessíveis e inclusivos.

§ 5º A habilitação profissional e a reabilitação profissional devem ocorrer articuladas com as redes públicas e privadas, especialmente de saúde, de ensino e de assistência social, em todos os níveis e modalidades, em entidades de formação profissional ou diretamente com o empregador.

§ 6º A habilitação profissional pode ocorrer em empresas por meio de prévia formalização do contrato de emprego da pessoa com deficiência, que será considerada para o cumprimento da reserva de vagas prevista em lei, desde que por tempo determinado e concomitante com a inclusão profissional na empresa, observado o disposto em regulamento.

§ 7º A habilitação profissional e a reabilitação profissional atenderão à pessoa com deficiência.

SEÇÃO III DA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO TRABALHO

Art. 37. Constitui modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho a colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, na qual devem ser atendidas as regras de acessibilidade, o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável no ambiente de trabalho.

Parágrafo único. A colocação competitiva da pessoa com deficiência pode ocorrer por meio de trabalho com apoio, observadas as seguintes diretrizes:

I - prioridade no atendimento à pessoa com deficiência com maior dificuldade de inserção no campo de trabalho;

II - provisão de suportes individualizados que atendam a necessidades específicas da pessoa com deficiência, inclusive a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, de agente facilitador e de apoio no ambiente de trabalho;

III - respeito ao perfil vocacional e ao interesse da pessoa com deficiência apoiada;

IV - oferta de aconselhamento e de apoio aos empregadores, com vistas à definição de estratégias de inclusão e de superação de barreiras, inclusive atitudinais;

V - realização de avaliações periódicas;

VI - articulação intersetorial das políticas públicas;

VII - possibilidade de participação de organizações da sociedade civil.

Art. 38. A entidade contratada para a realização de processo seletivo público ou privado para cargo, função ou emprego está obrigada à observância do disposto nesta Lei e em outras normas de acessibilidade vigentes.

ABORDAGENS DE QUESTÕES SOCIAIS COMO: EXTREMA POBREZA, FOME, DESNUTRIÇÃO, PROBLEMAS FAMILIARES, ABANDONO, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, NEGLIGÊNCIA, PEDOFILIA, HABITAÇÃO INADEQUADA, TRABALHO INFANTIL, ALCOOLISMO, DROGAS, EXPLORAÇÃO SEXUAL E EXCLUSÃO SOCIAL

Abordar questões sociais é de extrema importância para promover a igualdade, o bem-estar e a justiça em uma sociedade. Vou discorrer brevemente sobre cada um dos temas mencionados, destacando algumas abordagens que podem ser adotadas para lidar com eles.

Extrema pobreza

Para combater a extrema pobreza, é necessário adotar estratégias que visem a redistribuição de renda, o acesso a serviços básicos, como educação e saúde, e o fortalecimento da economia local. Programas de transferência de renda, investimentos em infraestrutura e oportunidades de emprego são exemplos de abordagens que podem ajudar a reduzir a extrema pobreza.

A redistribuição de renda e a redução das desigualdades sociais e econômicas. Isso pode ser alcançado por meio de políticas de proteção social, como programas de transferência de renda direta para as famílias mais vulneráveis, que garantam o acesso a recursos básicos. Esses programas podem incluir benefícios como bolsas de estudos, assistência médica gratuita, subsídios habitacionais e alimentação subsidiada.

Além disso, é necessário investir em oportunidades de emprego e capacitação profissional para os indivíduos em situação de extrema pobreza. A promoção do empreendedorismo e do desenvolvimento de pequenos negócios pode contribuir para a geração de renda e a autonomia financeira das pessoas em situação de vulnerabilidade.

Importante é o investimento em infraestrutura básica, como água potável, saneamento básico, energia elétrica e transporte acessível. Esses serviços essenciais são fundamentais para melhorar as condições de vida das comunidades e proporcionar oportunidades de desenvolvimento.

A educação desempenha um papel fundamental na superação da extrema pobreza. Acesso universal à educação de qualidade, desde a primeira infância até a fase adulta, permite que as pessoas adquiram habilidades, conhecimentos e competências necessárias para romper o ciclo da pobreza. Programas de bolsas de estudo, merenda escolar e transporte gratuito podem incentivar a participação das crianças na escola e reduzir a evasão escolar.

Fome e desnutrição

Para combater a fome e a desnutrição deve envolver ações tanto no curto prazo, como a distribuição de alimentos e suplementos nutricionais, quanto no longo prazo, como o fortalecimento da agricultura sustentável e o acesso a educação alimentar. Além disso, é importante combater as desigualdades e promover sistemas alimentares justos.

Se faz necessário adotar uma abordagem abrangente que envolva tanto medidas de curto prazo quanto de longo prazo. No curto prazo, é fundamental fornecer assistência alimentar imediata às populações afetadas, especialmente em situações de crise, como

conflitos armados, desastres naturais e crises econômicas. Isso pode incluir a distribuição de alimentos, suplementos nutricionais e programas de alimentação escolar.

No entanto, para combater a fome e a desnutrição de forma sustentável, é necessário investir em estratégias de longo prazo. Isso inclui o fortalecimento da agricultura sustentável e da segurança alimentar, garantindo o acesso a recursos produtivos, como terra, água e sementes de qualidade. Iniciativas que promovam a diversificação agrícola, o apoio a pequenos agricultores e o desenvolvimento de sistemas de armazenamento e distribuição de alimentos eficientes também são essenciais.

Além disso, é importante melhorar o acesso a serviços básicos de saúde e nutrição, especialmente para mulheres grávidas, lactantes e crianças pequenas, que são os grupos mais vulneráveis à desnutrição. Programas de educação alimentar e de promoção da amamentação também desempenham um papel importante na prevenção da desnutrição.

A erradicação da fome e da desnutrição também requer o enfrentamento das desigualdades sociais e econômicas. Isso inclui o fortalecimento de políticas de inclusão social, a redução da pobreza, o acesso equitativo a oportunidades econômicas e a promoção da igualdade de gênero. Além disso, é fundamental abordar questões estruturais, como a falta de acesso a terras, a concentração de recursos nas mãos de poucos e as disparidades no sistema alimentar global.

A cooperação internacional desempenha um papel importante na abordagem da fome e da desnutrição, tanto por meio do apoio financeiro e técnico a países em desenvolvimento, como por meio do estabelecimento de parcerias e acordos internacionais que visam a segurança alimentar global.

Problemas familiares, abandono e violência doméstica

- *Problemas familiares*: podem abranger uma ampla gama de desafios, como conflitos conjugais, divórcio, falta de comunicação, dependência química, problemas financeiros, dificuldades de relacionamento entre pais e filhos, entre outros. Esses problemas podem ter um impacto significativo no bem-estar emocional e psicológico de todos os membros da família, afetando negativamente as relações interpessoais e a estabilidade do núcleo familiar.

A busca por soluções para problemas familiares envolve a promoção de uma comunicação aberta e saudável entre os membros da família, o acesso a serviços de aconselhamento e terapia familiar, o desenvolvimento de habilidades de resolução de conflitos, a busca de apoio de profissionais qualificados e a conscientização sobre recursos comunitários disponíveis.

- *Abandono*: ocorre quando uma pessoa é deixada de lado, negligenciada ou privada de cuidados básicos por parte dos responsáveis legais. Isso pode afetar crianças, idosos, pessoas com deficiência ou qualquer indivíduo que dependa do cuidado e da proteção de outros. O abandono pode ter sérias consequências físicas, emocionais e sociais, incluindo problemas de saúde, isolamento, baixa autoestima e dificuldades no desenvolvimento pessoal.

A prevenção e o combate ao abandono envolvem a conscientização e a educação sobre os direitos das crianças, idosos e pessoas vulneráveis, o fortalecimento dos serviços de proteção à infância e aos idosos, a identificação precoce de situações de risco e a intervenção adequada por parte das autoridades competentes. Também